

Programa do Procedimento para

ESPAÇO DE BAR – EVENTO “CAMPEONATO NACIONAL DE TRAUMA E DESENCARCERAMENTO” PARQUE DE FEIRAS DE MORA

Cláusula 1.^a Entidade Adjudicante

Município de Mora, Pessoa Coletiva de Direito Público, com o N.I.P.C. 501729103, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua do Município, 41, 7490-243 Mora, com o telefone 266439070 e endereço de correio eletrónico geral@cm-mora.pt.

Cláusula 2.^a Objeto do procedimento

O objeto do presente procedimento consiste na exploração de espaço de bar no Parque de Feiras de Mora, na freguesia de Mora, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no caderno de encargos.

Cláusula 3.^a Critério de adjudicação

1. O direito de exploração de espaço de bar no Parque de Feiras de Mora contempla uma contrapartida financeira, a entregar pelo arrendatário ao Município de Mora, cujo valor base é de € 50,00 (cinquenta euros).
2. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, considerando-se como tal a proposta do concorrente que apresentar o preço mais elevado.
3. Em caso de igualdade nos valores das propostas, será aberto, no ato público de abertura de propostas, uma licitação entre os proponentes com propostas iguais, será adjudicada aquela que apresentar o valor mais elevado após a licitação.
4. O valor de cada lanço para a licitação não poderá ser inferior a €25,00 (vinte cinco euros).

Cláusula 4.^a Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. As peças do procedimento, encontram-se à disposição, para consulta dos interessados, no seguinte endereço: Serviço de Compras, Contratação Pública e Património – Edifício dos Paços do

Concelho, Rua do Município, telefone 266 439 070, endereço eletrónico: contratacoes@cm-mora.pt no seguinte horário: das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, e no sítio da internet do Município de Mora, <https://www.cm-mora.pt>, desde a data da publicação do edital até às 17:00h do último dia de apresentação de propostas.

2. As peças do procedimento que instruem o processo são o Caderno de Encargos, Edital, Programa do Procedimento e respetivos anexos.

Cláusula 5.^a **Concorrentes**

1. Podem habilitar-se à presente procedimento, todos quantos estiverem interessados na exploração do referido espaço para restauração, pessoas singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos públicos (CCP), na sua última redação.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todos os agrupados possuam condições legais para o exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar agrupamento concorrente.
4. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

Cláusula 6.^a **Esclarecimento de dúvidas na interpretação das peças do procedimento**

As dúvidas que os interessados tenham na interpretação das peças do procedimento, podem ser colocadas por escrito para o endereço eletrónico: contratacoes@cm-mora.pt, ou pelo telefone 266 439 070, para o Serviço de Compras, Contratação Pública e Património até ao último dia de apresentação de propostas, ao referido procedimento.

Cláusula 7.^a **Idioma**

Os documentos devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.

Cláusula 8.^a **Apresentação de propostas**

1. Para apresentação de propostas, os interessados devem juntar os seguintes documentos:

- a) A proposta, na qual é indicado o valor oferecido, conforme Modelo de Proposta, ANEXO I;
- b) Modelo de declaração ANEXO II, conforme consta deste programa de procedimento.

2. Os documentos, elaborados nos termos do número anterior, devem ser encerrados em subscrito opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrito “Arrendamento de Espaço de Bar – Parque de Feiras de Mora”.

3. Os documentos referidos no nº 1 **deverão ser entregues até às 17:00h do dia 21 de maio de 2025** deverão ser entregues diretamente no serviço de Expediente do Município de Mora, sito no Edifício dos Paços do Concelho, Rua do Município, 41 – 7490-243 Mora, entre as 9:00h e as 12:30h e das 14:00h às 17:30h.

Cláusula 9.ª

Critérios de admissão

1. As propostas com os documentos são ordenadas e listadas por ordem de chegada.
2. Os documentos são apresentados num único envelope, devidamente identificado com a indicação do procedimento no seu rosto (Arrendamento de espaço de Bar no Parque Parque de Feiras de Mora).
3. A abertura é efetuada pela Comissão, à qual cabe verificar se os documentos apresentados se encontram em conformidade, após o que delibera sobre a admissão ou exclusão dos concorrentes, elaborando a respetiva lista, que será divulgada aos participantes.
4. Em caso de irregularidade(s) que possa(am) ser suprida(s), notifica-se o concorrente por meio de comunicação escrito ou oral ao seu dispor, para suprimimentos das mesmas, a(s) qual(ais) terá(ão) que ser efetuada(s) no prazo máximos de 1 (um) dia, após o Ato Público, ficando a proposta condicionada ao suprimimento da(s) irregularidade(s) detetada(s).
5. São excluídos os concorrentes que não apresentem os documentos conforme a cláusula 8.ª e cujas irregularidades não possam ser sanadas nos termos previstos no ponto anterior.

Cláusula 10.ª

Abertura de propostas

1. O ato público de abertura das propostas ocorrerá, em sessão pública, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Rua do Município, nº 41, **no dia 22 de maio de 2025, pelas 09h30m**, nelas podendo intervir os concorrentes e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato.

2. Por motivo justificado, o Ato Público, poderá ser adiado e realizado dentro dos 2 (dois) dias úteis subsequentes aos indicados no número anterior.
3. O ato de abertura das propostas inicia-se após a verificação da identidade e credenciais dos presentes.
4. Declarado aberto o ato público, o Presidente da Comissão, procede à identificação do procedimento e à leitura da lista de proponentes, elaborada de acordo com a ordem de entrada dos envelopes entregues, bem como à identificação dos proponentes.
5. Os concorrentes, bem como os seus representantes devidamente credenciados, podem, durante a sessão do ato público, examinar os documentos apresentados no prazo fixado pelo júri e reclamar da lista de concorrentes.

Cláusula 11.ª

Comissão de dirige o ato público

O ato público do procedimento decorrerá perante uma comissão constituída pelos seguintes membros:

Efetivos

Presidente: João Miguel Endrenço;

Vogal: Rui Manuel Ventura Fortio (substitui o presidente nas suas ausências);

Vogal: José Joaquim Marques Ramalho.

Suplentes

Vogal: Maria Isabel Pereira Garcia;

Vogal: Ângela Maria Alves Vinagre Catarino.

Cláusula 12.ª

Adjudicação

1. A concessão do direito de exploração é adjudicada provisoriamente pela comissão ao concorrente que apresentar a proposta com o valor mais elevado, sendo elaborada ata, que deve ser assinada pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
2. A adjudicação torna-se definitiva com a homologação pela Câmara Municipal da ata do procedimento e assim que o concorrente apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração sobre compromisso de honra elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo III ao presente programa e do qual faz parte integrante, devidamente assinado;

- b) Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada com a Autoridade Tributária e Segurança Social;
- c) Documentos de quem outorga o contrato.

3. O adjudicatário que, nos termos da lei fiscal, seja considerado não residentes em território nacional, deverá apresentar, em substituição dos documentos referidos no número anterior, um documento da administração fiscal portuguesa, no qual se ateste que não têm residência fiscal em território nacional.

4. Os documentos mencionados nos números anteriores, devem ser entregues no prazo dois dias úteis, a contar da data da adjudicação provisória. Este prazo pode, a requerimento do interessado e por motivos justificados, ser prorrogado pela Presidente da Câmara Municipal.

5. Os documentos devem ser entregues no Serviço de Compras, Contratação Pública e Património ou enviados para o endereço de correio eletrónico contratacoes@cm-mora.pt.

6. A Câmara Municipal reserva-se o direito de não proceder à adjudicação, se assim julgar conveniente aos interesses do Município.

Cláusula 13.ª

Causas de não adjudicação

1. Não haverá lugar à adjudicação, provisória ou definitiva, quando se verifique a prestação de falsas declarações, a falsificação de documentos ou o fundado indício de conluio entre os proponentes.

2. No caso de já ter sido adjudicado definitivamente e se apurar que o adjudicatário prestou falsas declarações ou apresentou documentos falsificados, há lugar à revogação da deliberação de adjudicação, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

3. A não apresentação dos documentos mencionados no nº 2 da cláusula 12.ª, dentro do prazo estabelecido no n.º 4 da mesma cláusula, implica a não adjudicação definitiva dou a anulação da mesma, caso já tenha sido aprovada pela Câmara Municipal.

4. A não comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, por motivos imputáveis ao adjudicatário, no prazo estabelecido na cláusula 12ª, implica a não adjudicação definitiva da concessão ou a anulação da mesma, caso já tenha sido aprovada pela Câmara Municipal.

5. Em caso de revogação da deliberação de adjudicação ou de não adjudicação por causa imputável ao concessionário, pode a Câmara Municipal adjudicar a concessão ao interessado que tenha apresentado a proposta/lanço imediatamente inferior ao valor da arrematação, exceto em caso de conluio.

Cláusula 14.ª

Contrato

1. A redução do contrato a escrito não será exigida, no entanto, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 15.ª

Publicitação do procedimento

O procedimento será publicitada através da afixação de edital no edifício dos Paços do Concelho, Juntas de Freguesia do Concelho e demais lugares do costume sendo ainda publicitado no sítio da internet em www.cm-mora.pt.

Cláusula 16.ª

Resolução de litígios

Para todas as questões emergentes da execução do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Beja.

Cláusula 17.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa em vigor.

Mora, 15 de Maio de 2025

A Presidente da Câmara Municipal

Paula Cristina Calado Chuço